

'Mau contato' na Cemig

Promotores anunciam cumprimento de mandados para apurar esquema que envolveria funcionários e empresários em irregularidades em licitações e fornecimento de material

MP investiga fraude de R\$ 132 milhões na Cemig

SÍLVIA PIRES e BERNARDO ESTILAC

Funcionários públicos da Cemig e empresários que eram fornecedores da empresa são investigados por suspeita de fraude em contratos com a estatal, que teriam causado prejuízo estimado em cerca de R\$ 132 milhões. O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) anunciou o cumprimento de nove mandados de busca e apreensão contra acusados de participar do esquema, na manhã de ontem, dando continuidade a investigações que começaram dentro da própria companhia.

Na prática, as apurações indicam que funcionários da Cemig favoreciam empresários do ramo de produção e revenda de cabos condutores e outros materiais elétricos no processo de licitação e execução de contratos com a empresa. Segundo as investigações da Operação Mau Contato, o esquema operava havia quase dois anos.

"As fraudes foram cometidas em desfavor da Cemig, nos anos de 2018 e 2019. Apuramos que uma única empresa vinha sendo favorecida por esses funcionários da Cemig, desde o processo de licitação até a execução", afirmou o promotor de Justiça Marcelo Albuquerque, do Grupo Especial de Defesa da Proibição Administrativa e do Patrimônio Público (Gepp). Além de prejuízos financeiros, a investigação constatou que o material fornecido pelos empresários apresentava riscos à qualidade, desempenho e segurança da prestação de serviços e dos usuários. O Ministério



Trabalhador em operação de manutenção na rede: segundo apurações, esquema tinha potencial para comprometer qualidade e segurança dos serviços prestados

Apuração interna e servidores afastados

Após o Estado de Minas, a Cemig afirmou ter feito uma apuração interna a respeito das denúncias. Em janeiro do ano passado, por causa das investigações, a companhia afastou cinco funcionários que ocupavam cargos estratégicos.

"A Cemig esclarece ainda que, desde o primeiro momento, assumiu o compromisso de colaborar com o MPMG e informou às autoridades norte-americanas (DoJ e SEC) sobre a investigação das denúncias, pois a companhia tem ações negociadas na Bolsa de Valores dos Estados Unidos. O relatório dessa investigação foi compartilhado com essas autoridades. A investigação seguiu padrão internacional", lê-se em trecho do comunicado, que acrescenta que a estatal "mantém total colaboração com as autoridades competentes e ressalta ser a maior interessada no esclarecimento dos fatos".

Público requereu que sejam bloqueados e decretados indisponíveis mais de R\$ 132 milhões das contas dos investigados.

Os mandados de busca e apreensão cumpridos ontem também devem permitir que sejam apurados outros crimes financeiros e contra a administração pública. Segundo a Polícia Civil, a operação ocorreu em Belo Horizonte, Sarzedo, Campinas (SP) e Ribeirão Preto (SP) e apreendeu celulares, pendrives, computadores e documentos, que serão analisados posteriormente pelas equipes de investigadores.

A operação foi realizada em conjunto com o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), com as polícias civis de Minas Gerais e de São Paulo e com a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

A investigação foi instaurada após término de apuração interna da própria Cemig, concluída no fim de 2020. Na época, dirigentes e empregados da companhia foram afastados e contratos com fornecedores foram rescindidos, parte deles, agora, alvos da investigação conduzida pelo MPMG.

A operação foi realizada em conjunto com o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), com as polícias civis de Minas Gerais e de São Paulo e com a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.



Autoridades detalham circunstâncias da Operação Mau contato



Companhia teve gestão investigada por deputados no ano passado

Estatal também foi alvo de CPI

A operação do Ministério Público se soma a outras investigações recentes sobre a gestão da Cemig. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), ao longo do segundo semestre do ano passado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) levantou indícios de irregularidades em contratos assinados pela alta cúpula da empresa.

No relatório final, aprovado em fevereiro deste ano, os parlamentares responsabilizaram pela con-

dução da CPI sugeriram o indiciamento de 16 funcionários da empresa. Entre os nomes estão o presidente Reynaldo Passanezi Filho (acusado de improbidade administrativa e contratação direta ilegal) e Evandro Negrão de Lima (junior, secretário de Assuntos Institucionais do Partido Novo em Minas).

O ex-gerente de compras de materiais e serviços da empresa, Leandro Corrêa, chegou a dizer, em depoimento à CPI em agosto

de 2021, que era pressionado a fazer contratações que considerava irregulares e até ilegais. A comissão, Leandro relatou ter sido afastado da estatal após reclamar de sobrecarga e da inviabilidade de analisar muitos contratos em curtos prazos. "Fui perseguido porque não concordava em fazer as contratações como estavam", disse o depoente.

Oito empresas foram citadas no relatório final da CPI que apontou que ao menos quatro convên-

ios foram firmados dispensando licitação. Contratos assinados retroativamente e da mesma forma sem licitação também entraram na mira da comissão.

Em meio às investigações, a Cemig ainda passou por um processo de greve de parte dos funcionários, em novembro do ano passado. Entre as pautas do movimento estavam críticas ao que era considerado um comportamento pendulário de dirigentes da empresa.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais Pagina: 11